



MOÇÃO Nº 8

PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

No dia 25 de novembro as mulheres do mundo inteiro se mobilizam numa campanha pelo fim da violência contra mulher, compreendendo que o machismo se encontra presente em todos os espaços da nossa sociedade. Nas escolas e Universidades brasileiras esse quadro não é diferente: nós, mulheres estudantes, de todos os níveis, orientações sexuais, etnias e classes sociais sofremos cotidianamente com a misoginia, a lesbofobia, o racismo, e o preconceito de classe. Dentro de cada grupo social a violência se adapta se coloca versátil, múltipla; e no ambiente educacional não é diferente. Durante as calouradas - na recepção que é muitas vezes o primeiro contato com o ambiente universitário- a violência contra nós, mulheres, se faz de diversas formas. A apropriação dos corpos das mulheres - corroborada pelo sistema hierárquico veterano-calouro, reverbera a lógica machista através da banalização e ridicularização da nossa sexualidade e de nossos corpos, reafirmando a cultura do estupro.

Recentemente, foram noticiados casos de violência contra mulheres estudantes, porém o medo e a vergonha, causados pela opressão de gêneros e suas violências, fazem com que o número de denúncias sejam muito menores. O primeiro fator complicante, é a denúncia, seja no acesso a Delegacia da Mulher ou dentro das Universidades.

No curso de Medicina da USP ocorreram duas denúncias e, em ambas a inoperância da Universidade em acolher a vítima e tomar medidas foram relatadas. Em um dos casos a vítima relata que: **a diretoria da FMUSP tomou conhecimento do caso, mas não fez nada a respeito**¹. Já no segundo caso “Os diretores do Caoc- Centro Acadêmico Oswaldo Cruz- disseram que não poderiam me ajudar pelo princípio da **isonomia** em relação aos alunos”².

O respaldo da Instituição quando não tomam providências vai para o violentador, enquanto a vítima fica ainda mais exposta às violências e tendo que conviver com seu agressor. Violentada de forma velada pela própria

instituição de ensino que legitima a prática violenta dos que participam do ambiente educacional.

O crescente acesso das mulheres às universidades deve ser pensado enquanto política de garantia de direitos. Porém, a universidade ainda não consegue agregar e acolher esse novo público que vem se inserindo cada vez mais e, ganha força no começo do século XXI.

Precisamos garantir uma Ouvidoria específica para mulheres, que garanta um acompanhamento dessas vítimas com equipe de apoio nos ambientes educacionais; garantir a continuidade e a permanência estudantil para as mulheres estudantes que engravidam - com a política de creches – e, trabalho social para que essas mulheres concluam seus estudos, garantindo uma política necessária contra a evasão escolar de mulheres-mães.

Proponente: UNE.

Signatário: CNE, SED, UBES, ENEGRECER, UBM, UNCME, ANFOPE, CUT, CONTAG, PROIFES, ANPED, CONFENEN, CNTE, CONTEE, FASUBRA, FNCE, ABGLT, CADARA, UNE, MMM, CTB, LBM.

Destinatários: Presidência da República, Senado, Câmara dos Deputados, SPM, STF, STJ, Secretaria de Direitos Humanos-PR.

¹ <http://ponte.org/violencia-sexual-castigos-fisicos-e-preconceit-na-faculdade-de-medicina-da-usp/>²
<http://ponte.org/violencia-sexual-castigos-fisicos-e-preconceit-na-faculdade-de-medicina-da-usp/>